



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

PATRICIA DA SILVA SOUZA

**ENVEREDANDO NA AFROBRASILIDADE A PARTIR DOS LIVROS
DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO 4º ANO**

**CAMPINA GRANDE – PB
2013**

PATRICIA DA SILVA SOUZA

**ENVEREDANDO NA AFROBRASILIDADE A PARTIR DOS LIVROS
DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO 4º ANO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação **em Pedagogia** da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Margareth Maria de Melo

CAMPINA GRANDE – PB

2013

S729e

Souza, Patrícia da Silva.

Enveredando na afrobrasilidade a partir dos livros didáticos de História do 4º ano [manuscrito] / Patrícia da Silva Souza. – 2014.

51 f. : il.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2014.

“Orientação: Profa. Dra. Margareth Maria de Melo, Departamento de Educação”.

1. Livro didático. 2. História do Brasil. 3. Cultura Afro-brasileira. I. Título.

21. CDD 372.890 44

PATRICIA DA SILVA SOUZA

**ENVEREDANDO NA AFROBRASILIDADE A PARTIR DOS
LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO 4º ANO**

Aprovada em 18/12/2013

Margareth M^o de Melo

Prof.^a. Dr.^a. Margareth Maria de Melo / UEPB

Orientadora

Cristiane Maria Nepomuceno

Prof.^a. Dr.^a. Cristiane Maria Nepomuceno / UEPB

Examinadora

Patricia Cristina de Araujo

Prof.^a. Dr.^a. Patricia Cristina de Araujo Araujo / UEPB

Examinadora

AGRADECIMENTOS

A DEUS

“Revelação de amor sem limites e do amor sem fronteiras. Amigo certo em todos os momentos. O fundamento, o resgate, o caminho. O farol para a noite, a sombra para o dia”.
“Profunda gratidão por ter em sustentado até aqui. A ti, toda honra, toda glória para sempre. Amém”.

À FAMÍLIA

É que se não me curvei pelo cansaço, e não me abati pelas as dificuldades, foi porque nos piores momentos, voltei-me para meu coração e lá encontrei...

AOS MESTRES

Hoje, estamos nascendo para um novo mundo, por isso, a vocês que, ora professoras, ora amigas, dedicamos este momento de felicidade, cujas inspirações são seus méritos. Especialmente, Margareth Maria de Melo, Cristiane Nepomuceno e Patrícia Aragão: Doutoradas na sabedoria e humildade.

AOS AMIGOS

Mirella Danúbia, Kátia Anne e José Antônio que sempre estiveram comigo nos momentos bons e ruins dessa caminhada. (descobri tesouros...).

A PESQUISA

As meninas da pesquisa por fazerem parte dessa vitória! Obrigada...

A ROSÉLIA MACÁRIO E CARMEN SANDRA

Por sempre me entusiasmar a lutar e mostrarem o caminho! Gratidão eterna!

Ai de nós, educadores [e educadoras]
se deixamos de sonhar sonhos possíveis[...]
Os profetas são aqueles ou aquelas
Que se molham de tal forma
Nas águas da sua cultura e da sua história
Da cultura e da história do seu povo,
Que conhecem o seu aqui e o seu agora
E, por isso, podem prever o amanhã
Que eles [elas] mais do que advinham,
Realizam.

Paulo Freire (1996)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNLD- Conselho Nacional do Livro Didático

COLTED- Comissão do Livro didático

DCN- Diretrizes Curriculares Nacionais

FNDE- Fundo Nacional do Livro Didático

FENAME - Fundação Nacional do Material Escolar

INL- Instituto Nacional do livro

LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC- Ministério da Educação

PNLD- Programa Nacional do Livro Didático

UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

USAID- Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional

RESUMO

Sabemos que o livro didático é um instrumento que é muito utilizado nas escolas, às vezes, o único. A partir da realidade vivenciada de apresentações estereotipadas, simplificações e racismo reproduzido nos livros didáticos foi que sentimos uma inquietude de verificar como a presença do negro é trabalhada nos livros didáticos de História do 4º ano do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Campina Grande. Nosso objetivo foi averiguar e analisar qual a visão da história do povo negro presente nos livros didáticos de história do 4º ano do Ensino Fundamental utilizados nas escolas da rede Municipal de Campina Grande. Os objetivos específicos eram verificar quais os conteúdos referentes à temática afrobrasileira presentes nos livros didáticos de história do 4º ano do Ensino Fundamental utilizados nas escolas da rede. Identificar como estes conteúdos eram apresentados nos livros didáticos e avaliar como a imagem do negro e da negra é trabalhada nos livros didáticos. Para tanto, este estudo propõe a reflexão sobre o assunto em pauta, fundamentado com documentos oficiais: PCN (1997, a, b, c), DCN (2004), PNLN (2008-2010) e autores como: Pinsky (2009), Chiavenato (1999), Silva (2011), dentre outros. A metodologia adotada no trabalho foi de natureza qualitativa, pesquisa bibliográfica e documental com caráter exploratório e descritivo. Foram visitadas 10 escolas da rede e conseguimos recolher sete (7) livros didáticos de história do 4º ano para análise de conteúdo, visto que, em três escolas se repetiram o material. Constatamos que a maioria dos Livros didáticos analisados trabalhou com a presença do negro no Brasil, desde sua vida na África até após a abolição. Porém, persiste a resistência de mostrar as pessoas que lutaram no século XX com olhares questionadores, equívocos e lacunas que merecem ser discutidas com os profissionais da Educação e do Ensino Fundamental, visando superar os problemas detectados e ampliar a compreensão da importância do povo negro na formação do Brasil. Concluímos que apesar da lei 10.639/03 ter completado 10 anos, a temática ainda precisa ser mais bem trabalhada nos livros didáticos de história, bem como nos diferentes momentos históricos até a atualidade.

Palavras-chave: Lei 10.639/03, livro didático, representação, história e cultura afrobrasileira

ABSTRACT

We know that the textbook is a tool that is widely used in schools sometimes, the only. From the reality experienced stereotypical representations, simplifications and racism played in the textbooks did feel a restlessness to check the presence of the black is represented in history books, the 4th year of elementary school of the Municipal Network of Campina Grande. Analyze it from the perspective of content provided are consistent with what is proposed by Law 10.639/2003, but also identify as black is treated in different moments of Brazilian historicity and assess whether or not the contents appreciate the history of African and Afro-Brazilian people in our country. Therefore, this study proposes a reflection on the subject matter, based on official documents: CPN (1997a, b, c), DCN (2004), PNLD (2008-2010) and authors as: Pinsky (2009), Chiavenato (1999), Silva (2011). From the methodological design adopted in this paper bibliographical and documentary research with exploratory, descriptive and qualitative character. We are building upon the visitation of 10 schools in the network, where we can collect 7 history textbooks 4th year content analysis, since in three schools were repeated material. We seek to understand the representation of the history and culture of black people present in the history textbooks of the 4th year of the lower grades of elementary school. We found that most textbooks analyzed worked with the presence of blacks in Brazil, since his life in Africa until after abolition. However, there remains resistance to show the people who fought in the twentieth century with questioning looks, misconceptions and gaps that should be discussed with professionals of Education and Elementary Education, aiming to overcome the detected problems and broaden the understanding of the importance of black people in formation of Brazil.

Keywords: Law 10.639/03, textbook, representation, Afro-Brazilian history and culture.

LISTAS DAS IMAGENS

Principais rotas de escravos para o Brasil (século XVI ao XIX)	32
Navio negreiro 1	33
Navio negreiro 2	34
Cotidiano dos negros escravizados	37
A história dos escravos	40
A história dos escravos	41
Negro de volta da guerra do Paraguai	42
Vida após a Abolição	43
Comunidades quilombolas no país	44

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. NOS CAMINHOS DA HISTORICIDADE DO ENSINO DE HISTÓRIA E A SELEÇÃO DE CONTEÚDOS NOS LIVROS DIDÁTICOS: BREVE HISTÓRICO	13
1.1 OS TRAJETOS DO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA E O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO	17
1.2 VEREDAS DA LEI 10.639/2003 E O LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA DO 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	20
2. ENVEREDANDO NOS CAMINHOS DA PESQUISA SOBRE O LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA DO 4º ANO	25
3. CAMINHOS DOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA ANALISADOS	27
3.1 A ÁFRICA E O TRÁFICO DE ESCRAVOS	31
3.2 O TRABALHO ESCRAVO	35
3.3 RESISTÊNCIA NEGRA	38
3.4 AS LEIS ATÉ A ABOLIÇÃO E A VIDA APÓS O PERÍODO ABOLICIONISTA	40
3.5 UM RUMO A SEGUIR.....	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	49

INTRODUÇÃO

Esta temática surgiu não por acaso, veio entrelaçada pela pesquisa: *O Livro Didático de História dos anos Iniciais e a Temática Afrobrasileira*, na qual fiz parte, vinculada ao PIBIC/CNPq. Na medida em que mais caminhava e adentrava, tinha mais entusiasmo para mergulhar na história que nunca tinha estudado sem a visão eurocêntrica, história que esteve escondida sem olhares questionadores.

Durante muito tempo nosso país passou uma imagem de convivência de respeito às diferenças, se registrou com isso o Mito da Democracia Racial. O reconhecimento do papel que o negro teve desde os primórdios no Brasil Colônia, Império e República não perpassa nos livros, e sim, na nossa mente a partir dos estudos realizados durante o curso de Pedagogia e grupo de pesquisa que penetramos nas histórias de luta vivida pelos os povos negros no Brasil: as condições que viviam, como eram tratados pelos os senhores, sua cultura e religiosidade negada, enfim, tudo o que eram como indivíduo, sendo imposta outra identidade.

O livro didático neste texto é considerado como um documento muito utilizado pelas as escolas, e muitas vezes, o único. Por muito tempo foi instrumento excludente da maioria da população brasileira, por trazer informações estereotipadas, simplificadas reproduzindo o racismo em seus textos e imagens. O livro didático de História contou uma história de heróis, modelo copiado da Europa (NERI, 2005).

A lei 10.639/2003 vem estabelecer obrigações tais como: reparação, reconhecimento e valorização de toda história e cultura africana e afrobrasileira devendo ser tratados, vivenciados e ensinados em toda rede pública e particular em da educação básica do país, mostrando sua relevância na construção dos caminhos da história nacional e que por muito tempo foi negada e quando discutida era recheada de estereótipos negativos (BRASIL, 2004).

A partir da realidade vivenciada nos livros didáticos de história, foi que sentimos uma inquietude de verificar como a presença do negro é trabalhada nos livros didáticos de História do 4º ano do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Campina Grande. Tendo como objetivo averiguar e analisar qual a visão da história do povo negro presente nos livros didáticos de história do 4º ano do Ensino Fundamental utilizados nas escolas da rede Municipal de Campina Grande. Os objetivos específicos foram verificar quais os conteúdos referentes à temática afrobrasileira presentes nos livros didáticos de história do 4º ano do Ensino Fundamental utilizados nas escolas da rede Municipal de Campina

Grande. Identificar como estes conteúdos foram apresentados nos livros didáticos e avaliar como a imagem do negro e da negra foi trabalhada nos livros didáticos.

A metodologia adotada no trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental com caráter exploratório, descritivo e de natureza qualitativa. Utilizamos os documentos oficiais: Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (1997, a, b, c), Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004), Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) (2008-2010) e autores como: Pinsky (2009), Chiavenato (1999), Silva (2011), dentre outros.

O universo da pesquisa se refere aos livros didáticos de história do 4º ano do Ensino Fundamental utilizados por escolas da rede pública da cidade de Campina Grande. Tivemos como base a visitação de 10 escolas da rede, em que conseguimos recolher 7 livros didáticos de história do 4º ano para análise de conteúdo, visto que, em três escolas se repetiram o material. Nessa perspectiva o estudo com o livro didático de História nos momentos históricos do Brasil Colônia, Império e República, observou como foi a caminhada e a presença do negro: sua vida, tráfico, trabalhos, resistência e vida após a abolição.

Sabemos que a relevância deste estudo está no aprofundamento sobre o conteúdo que se refere ao povo negro. Professores do Ensino Fundamental e estudantes do Curso de Pedagogia necessitam estudar mais sobre essa temática e se apropriar destes conhecimentos para suprir as lacunas ainda existentes nos livros didáticos, será que estes docentes e estudantes reconhecem essa necessidade?

A seguir trataremos de um breve histórico do ensino de história e a seleção de conteúdos nos livros didáticos deste mesmo componente curricular. Na sequência abordamos sobre os trajetos do livro didático de história e o Programa Nacional do Livro Didático, bem como a Lei 10.639/2003 está sendo implementada no livro didático. No capítulo segundo, enveredamos sobre a trajetória da pesquisa e no capítulo terceiro adentramos na análise dos livros didáticos em questão, percorrendo o trajeto dos conteúdos tratados nos livros: a África e o tráfico de escravos, o trabalho escravo, resistência negra, as leis até abolição e a vida após o período abolicionista. Por fim, tratamos da responsabilidade do professor no cotidiano escolar no combate ao racismo.

1. NOS CAMINHOS DA HISTORICIDADE DO ENSINO DE HISTÓRIA E A SELEÇÃO DE CONTEÚDOS NOS LIVROS DIDÁTICOS: BREVE HISTÓRICO

O conteúdo de História adentrou ao currículo da escola elementar desde o Decreto das Primeiras Letras de 1827, esta foi à primeira lei sobre o ensino nacional do Império do Brasil. Apesar da legislação, a História aparecia como optativa nos programas do currículo das escolas elementares (NERI, 2005).

Em 1837, quando a disciplina de história foi instituída de forma autônoma no Brasil, os conteúdos ensinados se remontavam a questão da história da civilização européia, especificamente, da Europa Ocidental (França), com desenvolvimento de conteúdos de repetição e paralelo com a história nacional se manteve a história sagrada (BRASIL, 1997 b). Neste período criou-se o Colégio Pedro II com vinculação ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro com forte influência Francesa no período da história como retrata Kátia Abud, citado por Neri (2005):

No mesmo ano em que foi criado o Colégio D. Pedro II foi criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Enquanto aquela escola fora criada para formar os filhos da nobreza da corte do Rio de Janeiro e prepará-los para o exercício do poder, cabia ao IHGB construir a genealogia nacional, no sentido de dar uma identidade à nação brasileira (...). Nesse momento em que o Brasil se estruturava como nação, após a Independência de 1822, a História acadêmica disciplina escolar se confundiam em seus objetivos, pois a nacionalidade era a grande questão posta à sociedade brasileira (...) (ABUD, apud NERI, 2005.p 16).

A História do Brasil era transmitida no ensino secundário e desenvolvidos programas elaborados pelos os professores do Colégio D. Pedro II organizados de acordo com interesses da elite burguesa.

Se do ponto de vista do programa curricular a História no Império dividiu-se entre a História Profana e a História Sagrada, o mesmo não se poderia afirmar sobre a história ensinada. (...) Os programas de História do Brasil seguiam o modelo consagrado pela História Sagrada, substituindo as narrativas morais sobre a vida dos santos por ações histórias realizadas pelos heróis considerados construtores da nação, especialmente governantes e clérigos. (...) os materiais didáticos eram escassos, restringindo-se à fala do professor e aos poucos livros compostos segundo o modelo dos catecismos com perguntas e respostas, facilitando as argüições. Desse modo, ensinar História era transmitir os pontos estabelecidos nos livros, dentro do programa oficial, e considerava-se que aprender História reduzia-se a saber repetir as lições recebidas (BRASIL, 1997b, p 20-21).

O ensino de História se restringia a perguntas e respostas copiadas no quadro pelos professores e reproduzidas pelos os alunos nos cadernos. A importância do livro didático

demonstrada desde o Brasil Império como manuais de estudo, justificando pelo o fato dos professores seguirem fielmente suas páginas.

Com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública a partir de 1930 se realizou a Reforma Francisco Campos. Fortaleceu-se o poder do Estado com a centralização do Ensino.

O processo de industrialização e urbanização gerou um pensamento na inclusão do povo brasileiro dentro da História, ocasionando pensamentos contraditórios sobre o mau desenvolvimento econômico culpando a população mestiça. E, outras pessoas defendiam que o país deveria ter uma identidade nacional, com isso a política foi incorporada nos programas de Livro Didático enfatizando “respeito” às diferenças (BRASIL, 1997b).

Nos programas de livros didáticos, a História ensinada incorporou a tese de democracia racial, da ausência de preconceitos raciais e étnicos. Nessa perspectiva, o povo brasileiro era formado por brancos descendentes de portugueses, índios e negros, e, a partir dessa tríade, por mestiços, compondo conjuntos harmônicos de convivência dentro de uma sociedade multirracial e sem conflitos, cada qual colaborando com seu trabalho para a grandeza e riqueza do país (BRASIL, 1997b, p 24).

Essa harmonia gerada pelo o Mito de Democracia racial nos levou a pensar o porquê a História do Brasil foi por muitos, rejeitada e copiada outras histórias renegando fatos e povos que contribuíram para a formação da história e cultura do nosso país. A nossa história vem por muito tempo sendo perpassada de acontecimentos que exigem reparação da importância dos povos negro e indígenas para a nação. Por décadas os livros didáticos mostravam uma história enaltecendo a cultura do povo português contando para população brasileira fatos que marcaram os conteúdos que enfatizavam tal importância tais como: “Descobrimento do Brasil” e “Independência do Brasil”.

Ao longo dos anos quase não ocorreram mudanças, apesar da influência das propostas do ensino mais interativo da Escola Nova. “A prática recorrente das salas de aula continuou sendo a de recitar as ‘lições de cor’, com datas e nomes dos personagens considerados mais significativos da História” (BRASIL, 1997b, p 24) (grifo do autor).

Nos imediatos ao pós-guerra, a História passou a ser considerada, pela política internacional, como uma disciplina significativa na formação de uma cidadania para a paz, merecendo cuidados especiais tanto na organização curricular quanto na produção dos materiais didáticos. A UNESCO passou a interferir na elaboração de livros escolares e nas propostas curriculares, indicando possíveis perigos na ênfase dada às histórias de guerras, no modo de apresentar a história nacional nas questões raciais, em especial na disseminação de idéias racistas e preconceituosas. A História deveria revestir-se de um conteúdo mais humanístico e pacifista, voltando-se ao estudo dos processos de desenvolvimento econômico

das sociedades, bem como os avanços tecnológicos, científicos e culturais da humanidade (BRASIL, 1997b, p. 24-25).

O ensino de História era ligado diretamente ao fator econômico da Europa com predominância para o processo de ensino aprendizagem no Brasil. Tendo com eixos temáticos a cana-de-açúcar, mineração, café e industrialização voltada para o mundo do trabalho.

No período da ditadura militar 1964-1985, os conteúdos a serem trabalhados nas escolas eram sempre prescritos pelo o governo e a população vivia com repressões, sentindo que na Educação não havia abertura para discussões a cerca da temática, quem fosse contra o governo sofria castigos e podia até ser exilado.

A luta do Movimento Negro Unificado a partir do final da década de 1970 buscou a valorização das diferenças e foi contra o preconceito de cor e raça, assumindo um caráter de militância combatendo o Mito da Democracia Racial e firmando o reconhecimento da história e Cultura afrobrasileira e africana. Culminando com questionamento sobre os 100 anos de abolição e a encaminhamento de propostas para Constituição Federal.

Em 1988, no ano centenário da abolição da escravatura no Brasil, o Movimento Negro que já se organizava desde meados dos anos de 1970, fez uma dura crítica á tradicional comemoração do dia 13 de maio, dia da assinatura da Lei Áurea, para propor em seu lugar a comemoração do 20 de Novembro. Tratava-se de trocar o dia que homenageava a Princesa Izabel por aquele em que se deveria homenagear *Zumbi dos Palmares*, grande liderança quilombola (...). Depois de 1988, houve o reconhecimento, por parte do Estado brasileiro, de ser o racismo um problema real da sociedade brasileira, precisando ser combatido por meio de programas específicos e de instituições próprias. (BRASIL, 2009, p.211-212). (grifo do original)

O movimento negro a cada ano se organizou de diversas maneiras inclusive nas inclusive nas universidades com formação e grupos de pesquisa que permitiram uma conscientização maior de lideranças e organização de propostas de políticas públicas para a população negra.

Depois de 1988, houve o reconhecimento, por parte do Estado brasileiro, de ser o racismo um problema real da sociedade brasileira, precisando ser combatido por meio de programas específicos e de instituições próprias. Assim, ainda no final dos anos 80, foi criada a Fundação Cultural dos Palmares, com a atribuição de mover ações de apoiar iniciativas de valorização da população, da memória e da cultura negra no Brasil (BRASIL, 2009, p.212).

A luta contra a discriminação do povo negro em nosso país continua, cabendo a várias instâncias sociais reparar atitudes de discriminação, e especialmente, a instituição

escolar discutir, refletir e agir com um ensino que estimule a auto-estima do/a estudante negro ou não negro, mostrando através de práticas curriculares o ensino para uma convivência de respeito às diferenças.

Essas exigências apontam a relevância de discussões sobre a dignidade do ser humano, a igualdade de direitos, a recusa categórica de formas de discriminação, a importância da solidariedade e do respeito. Cabe ao campo educacional propiciar aos alunos as capacidades de vivenciar as diferentes formas de inserção sociopolítica e cultural. Apresenta-se para a escola, hoje mais do que nunca, a necessidade de assumir-se como espaço social de construção dos significados éticos necessários e constitutivos de toda e qualquer ação de cidadania (BRASIL, 1997a, p. 34).

A lei 10.639/03 altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), e estabelece a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afrobrasileira e Africana na Educação básica das escolas públicas e privadas de todo o Brasil. A mencionada lei tem como escopo, o reconhecimento e a valorização dos povos que tiveram suas culturas negadas. Nesse sentido privilegia a busca de uma reflexão a respeito da diversidade, visto que, a mesma pode contribuir para o rompimento de estereótipos, discriminações e estigmas em relação ao negro assim como outros grupos étnicos (BRASIL, 2004).

A lei é uma conquista que se deu com muitas lutas e reivindicações históricas do Movimento Negro em nosso país, pela busca efetiva de justiça social, sendo assim é de suma importância que essa conquista não caia no esquecimento. Como nos mostra Silva:

Uma das maiores contribuições do Movimento Negro para o desenvolvimento social do povo negro, a sua luta constante pela conquista da educação, inicialmente como meio de integração à sociedade existente e, depois, identificando a instituição educacional como reprodutora de uma educação eurocêntrica e desarticuladora da identidade étnico-racial e da auto-estima do povo negro (SILVA, 2011, p. 116).

Nesse sentido a escola tem papel fundamental para o rompimento da educação fundamentada apenas em aspectos eurocêntricos, servindo como alicerce de desconstrução dessa unidade nacional que por tanto tempo predominou em nossa sociedade e que ainda hoje existe resíduos desse pensamento.

É importante destacar que não se trata de mudar um foco etnocêntrico marcadamente de raiz europeu por um povo africano, mas de ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira. Nesta perspectiva, cabe as escolas incluir no contexto dos estudos e atividades (...). É preciso ter clareza que o Art.26 A acrescido a Lei 9.394/1996 provoca bem mais do que a inclusão dos novos conteúdos, exige que se

repensem relações étnico-raciais, sociais, pedagógicas, procedimentos de ensino, condições oferecidas para aprendizagem, objetivos tácitos e explícitos da educação oferecida pelas as escolas (BRASIL, 2004,p. 17).

Será que os/as estudantes dos cursos de formação docente e professores da Educação Básica estão abertos para receber essa formação sobre a diversidade cultural? Os cursos universitários estão modificando seus currículos no sentido de incluir essa discussão? Estão sendo oferecidas formações continuada aos docentes em serviço para atualização dos conhecimentos nesta área?

Nessa perspectiva os estudos com o livro didático de História de forma positiva é extremamente necessário para que haja uma maior abrangência de reparação do que foi negado na História do país. Escondido e enterrado com as lutas para a sobrevivência desse povo lutador que por foi visto com “coisa ruim” e até nos dias atuais, onde ainda não foi mergulhado nesse mar da grande história de vida e cultura brasileira.

1.1 OS TRAJETOS DO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA E O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO

A trajetória do Livro Didático em nosso país enfatiza educação pública de qualidade para o maior desenvolvimento da população brasileira, que só pode ocorrer de forma positiva com um conjunto de políticas públicas, na qual destacamos o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) o mais antigo Programa voltado para distribuição de livros à rede pública de ensino no Brasil. Com mais de 80 anos de existência os livros são destinados atualmente a Educação Básica com exceção da Educação Infantil (FNDE, 2013).

Com seu início em 1929, o Estado cria um órgão para atuar na política do Livro Didático, criando o Instituto Nacional do Livro (INL), legitimando e auxiliando no aumento de produção do Livro Didático. Por meio do Decreto-Lei nº 1.006, de 30-12-1938 é reunida uma Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), tendo em vista para um maior controle de produção e envio do Livro didático em todo país. Em meio à ditadura que acontecia em nosso país e o governo de Getulio Vargas cria-se um Decreto-lei nº 8.460 de 26-12-45 governo restringe apenas ao professor todo o processo de: produção, importação e utilização do Livro didático pelo professor (FNDE, 2013). Passadas duas décadas em 1966, o Governo Brasileiro através do Ministério da Educação

(MEC) firma um acordo com a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), permite a criação de Comissão do Livro Didático (COLTED). Esse acordo estabeleceu seguridade ao país por três anos na distribuição de 51 milhões de livros garantindo financiamento posterior ao Programa (FNDE, 2013).

Na década de 70 acontecem fatos relevantes para o alicerce do Programa do Livro Didático, o governo programa um sistema de coedição de livros por editoras nacionais. Em consonância ao término do convênio MEC\USAID, 1971, efetiva-se a implantação de sistema de contribuição financeira dos estados para Fundo do Livro Didático (FNDE, 2013).

Com a extinção do INL, em 1976, a Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME) tornando-se responsável pela execução do Programa do Livro Didático, com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Mas, a consolidação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) se deu com o Decreto nº 91.542, de 19-8-85, com modificações construtivas (FNDE, 2013). Tais como:

Indicação do livro didático pelos professores; Reutilização do livro, implicando a abolição do livro descartável e o aperfeiçoamento das especificações técnicas para sua produção, visando maior durabilidade e possibilitando a implantação de bancos de livros didáticos; Extensão da oferta aos alunos de 1ª e 2ª série das escolas públicas e comunitárias; Fim da participação financeira dos estados, passando o controle do processo decisório para a FAE e garantindo o critério de escolha do livro pelos professores (FNDE, 2013, p.1).

Com essas indicações de responsabilidades destacando o professor (a) como principal profissional da educação no processo ensino-aprendizagem e com responsabilidade de consolidação de objetivos propostos pelos educadores, o Estado atua desde a propagação, a análise e favorece o processo de escolha do livro até ao manuseio nos estudos com material didático dentro da sala de aula. Vividos quase dez anos após a consolidação do Programa Nacional do Livro Didático são definidos critérios para avaliação dos livros didáticos.

A avaliação dos livros didáticos atende aos seguintes princípios, consoante a legislação vigente, publicados no Edital PNLD 2013:

- I. Respeito ao pluralismo de idéias e concepções pedagógicas;
- II. Respeito às diversidades sociais, culturais e regionais;
- III. Respeito à autonomia pedagógica dos estabelecimentos de ensino;
- IV. Respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V. garantia de isonomia, transparência e publicidade nos processos de avaliação, seleção e aquisição das obras. (Art. 4º) (BRASIL, 2012, p.10).

O PCN de Pluralidade Cultural que retrata os objetivos gerais do Ensino Fundamental os quais destacamos a seguir, devem ser igualmente considerados pelos docentes quando da escolha do livro, vejamos:

Compreender a cidadania com participação social política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio as injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito (...). Conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais (BRASIL, 1997c, p.13-14).

Documentos citados PCN e as DCN para o ensino da cultura e história afrobrasileira e africana, enfatizam com relevância fatores essenciais para norteamento do processo ensino-aprendizagem ao tratarem a questão da diversidade e compreensão da cidadania que devem ser vividos dentro da própria instituição escolar para o/a estudante compreender e aceitar a sociedade em que vive.

E ainda as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino da História e Cultura Afrobrasileira e africana (2004), que também podem nortear a escolha do livro didático, apresentam que para se reconhecer faz-se necessário conhecer, aceitar para que haja respeito e sim, o reconhecimento. No qual esse reconhecer exige e requer a desconstrução do Mito da Democracia Racial tão vivido aparentemente em nosso país.

Reconhecer exige valorização e respeito às pessoas negras, à sua descendência africana, sua cultura e história. Significa buscar, compreender seus valores e lutar, ser sensível ao sofrimento causado por tantas formas de desqualificação: apelidos depreciativos, brincadeiras, piadas de mau gosto sugerindo incapacidade, ridicularizando seus traços físicos, a textura dos cabelos, fazendo pouco das religiões de raiz africana. Implica criar condições para que os estudantes negros não sejam rejeitados em virtude de seus antepassados terem sido explorados como escravos, não sejam desencorajados de prosseguir estudos, de estudar questões que dizem respeito à comunidade negra (BRASIL, 2004, p.12).

Esse reconhecimento e valorização devem ser apresentados no material didático, especialmente, no livro didático de História para que o/a estudante veja e se reconheça e tenham orgulho da sua história e cultura. Por isso, foram igualmente determinados, no Edital PNLD 2013, critérios que atendessem às especificidades da área de História, nos quais destacamos:

Estimula o convívio social e o reconhecimento da diferença, abordando a diversidade da experiência humana e a pluralidade social, com respeito e interesse; Contribui para o desenvolvimento da autonomia de pensamento, o raciocínio crítico e a capacidade de argumentar do aluno; Apresenta ilustrações variadas quanto às possibilidades de significação, como desenhos, fotografias e reproduções de pinturas; Apresenta imagens acompanhadas de atividades de leitura e interpretação e de interação, sempre que possível referenciada em sua condição de fonte para a produção do conhecimento histórico (BRASIL, 2012, p.12-13).

Ao compararmos os editais PNLD dos anos de 2010 e 2013 com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino da História e Cultura Afrobrasileira e africana (2004), observamos coerência entre o texto das DCN e PNLD. No trabalho trazendo uma perspectiva de construção de pensamento crítico e porventura na questão de reconhecimento e valorização da cultura e história afrobrasileira no cotidiano, com estímulos para um melhor convívio dentro dessa sociedade.

Então, podemos compreender que o Livro Didático tem uma importância ímpar como material metodológico de construção do conhecimento histórico, que seguindo tais critérios poderá tecer inúmeras aprendizagens positivas sobre a temática da História e Cultura Africana e Afrobrasileira, onde fará com que o/a estudante se reconheça nas narrativas representadas no livro didático de História.

1.2 VEREDAS DA LEI 10.639/2003 E O LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA DO 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

O livro didático foi considerado por muito tempo um instrumento que representava um alvo excludente da maioria da população brasileira por trazer representações estereotipadas, simplificações e racismo reproduzidos em textos ou imagens. A lei 10.639/03 impõe a aplicabilidade na reparação e reconhecimento da presença do negro e sua contribuição durante toda a história do país e o livro didático é um material metodológico essencial para essa reparação.

O movimento negro em suas lutas por um reconhecimento na sociedade da história e cultura africana e afrobrasileira tendo uma militância consistente nos diversos âmbitos sociais, reivindica mudanças no currículo escolar e na formação de profissionais com engajamento de professores militantes.

A partir da metade da década de 80, o Movimento Negro diversificou as suas formas de atuação e linhas de ação. Concentre a sua ação junto às instituições políticas e sindicais, tais como partidos políticos, sindicato e centrais sindicais, enviando esforços para eleger candidatos e colocar seus quadros atuando nas

diversas instâncias dessas instituições. Estabelece a militância a atuação junto às bases, utilizando o espaço onde desenvolve seu exercício profissional como locus privilegiado a ação. Os professores militantes na formação de seus colegas nos três graus de ensino, fazendo identificar a invisibilidade e a tradição seletiva nos currículos e a estereotopia nos materiais pedagógicos, trabalhando no sentido de incluir e humanizar as representações das diferenças étnico-raciais e culturais (SILVA, 2011, p. 133-134).

A partir da luta do Movimento Negro Unificado na década de 80, abriu inúmeros caminhos para a caminhada de reconhecimento do povo negro na sociedade. Os referenciais para o ensino do país, os PCN, destacamos o PCN de Pluralidade Cultural, apresenta um olhar que perpassa a cultura brasileira, eles foram formulados na década de 90 representou como uma resposta das lutas travadas anteriormente. Mesmo com essa vitória do guia de ensino de todo país, a questão do livro didático de história ficou a desejar, apresentando apenas a cultura européia como única História. Pois, apenas em 2003 com a Lei 10.639 foi que iniciou a reparação dos conteúdos apresentados nos livros didáticos.

Assim, outra luta do Movimento Negro que podemos lembrar a III Conferência Mundial contra o Racismo que se realizou em Durban, na África do Sul (2001) no qual o Movimento Negro do Brasil lutou pelo o trabalho, principalmente, dentro da Educação, visto que é uma instituição que cria teias de relações para propagação de pensamentos e aprendizagens da sociedade. Nessas reivindicações proposta na Declaração da III Conferência Mundial contra o Racismo destacamos: “novos critérios de avaliação dos livros Didáticos, identificando visões estereotipadas e preconceituosas da população negra (...)” (BRASIL, 2009.p 253). Foi a partir dessas lutas contínuas que culminou na Lei e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afrobrasileira e Africana.

Antes da lei 10.639/2003 a abordagem sobre a história afrobrasileira era praticamente reduzida à escravização, mostrando muitas vezes atitudes eurocêntricas em relatos sobre a importância do negro apenas como escravo, destacando que sem sua presença não haveria desenvolvimento no país. Fatos demonstrados e citados por muitos autores como a chamada “Democracia Racial”, existente no país.

(...) A escola no Brasil, durante muito tempo e até hoje, disseminou preconceito de formas diversas. Conteúdos indevidos e até errados, notadamente presentes em livros que têm sofrido críticas fundamentadas, constituem assunto que merece atenção. Também contribuía para essa disseminação de preconceitos certa mentalidade que vinha privilegiar certa cultura, apresentada como única aceitável e correta, como também aquela que hierarquizava culturas entre si,

como se fosse possível, sem prejuízo da dignidade dos diferentes grupos produtores de cultura (BRASIL, 1997c, p. 24).

No mesmo, ao falar dos conteúdos a serem trabalhados de acordo com o PCN de Pluralidade Cultural deixa a desejar ao se referir que já são estudados “(...) as trajetórias das culturas e etnias no Brasil já fazem parte dos conteúdos trabalhados pela escola, que se propõe são novos conteúdos, que buscam narrar à história do ponto de vista dos grupos sociais que a produziram” (BRASIL, 1997c, p. 71). Os conteúdos mostrados no livro didático de História eram vistos de forma eurocêntrica, mostrados os olhares e heróis europeus a princesa Isabel como “Redentora” e que os africanos “vieram” para o Brasil parecendo que tinha sido com espontaneidade. É preciso rever esses conteúdos, pois a princesa Isabel não se apresenta como redentora e os negros não vieram, e sim, foram trazidos com resistência. Como fala Pinsky:

Nada mais equívoco do que dizer que o negro veio ao Brasil. Ele foi trazido. Essa distinção não é acadêmica, mas dolorosamente real e só a partir dela é que se pode tentar estabelecer o caráter que o escravismo tomou aqui: vir pode ocorrer a partir da decisão própria, como fruto de opções postas à disposição do imigrante. Ser trazido é a logo passivo – como o próprio tempo do verbo- e implica fazer algo contra e a despeito de sua vontade (PINSKY, 2009, p.23).

Os referenciais de educação no Brasil formulados no final da década de 90(PCN) defendiam a questão pluralidade e de um ensino voltado para diversidade, visto que, nosso país é multicultural. Em contrapondo, o livro didático de história do ensino fundamental das séries iniciais formulado nesse período trazia um olhar eurocêntrico, não citando o negro ou índio como personagem construtor da história do país.

A lei 10.639/2003 vem fazer com que as instituições escolares do país repensem na forma de organização curricular, metodológica e recursos didáticos utilizados para aflorar a prática de vivência e ensino-aprendizagem sobre a temática de História e Cultura afrobrasileira e africana e a promoção da auto-estima do educando negro a partir de ações de comprometimento da escola. Através de práticas metodológicas que estimulem a compreensão e respeito às diferenças dos indivíduos e suas culturas e em segundo momento, que a criança se reconheça nas histórias presenciadas nos livros didáticos, conseqüentemente, no cotidiano.

A prática de desvalorização da imagem do negro em nossa sociedade vem perpassando momentos importantes da história do país, desde o Brasil Colônia, Império e República. Onde nos âmbitos sociais acontecem freqüentemente falta de respeito e

valorização à cultura, história e identidade da população afrodescendente. E esse reconhecimento leva a reparação e valorização de sua história, cultura e identidade. Como nos mostra Silva:

Identifico como uma das maiores contribuições de Movimento Negro para o desenvolvimento social do povo negro, a sua luta constante pela conquista da educação (...). Uma retrospectiva do processo educativo do Movimento Negro torna evidente o seu esforço para instituir uma educação que contemple o processo civilizatório e desenvolva a identidade e a autoestima negras (SILVA, 2011, p.116-117).

O livro didático é um instrumento muito utilizado no processo de ensino, mas alguns dos exemplares apresentam erros tamanhos que prejudicam a aprendizagem dos estudantes. Cabendo ao profissional da educação, professor, analisar erros e buscar alternativas para um trabalho nas discussões e enfoque pedagógicos dentro do processo ensino-aprendizagem. Para tanto foi criado o PNLD para auxiliar o professor no momento da escolha dos livros, como vimos anteriormente.

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de que hoje participamos foi criado em 1985. As diretrizes implementadas para sua execução possibilitam: a centralização da compra e da distribuição do livro didático em âmbito nacional com recursos federais; a produção de obras didáticas pela iniciativa privada sem interferência do Ministério da Educação; a indicação de especificações técnicas para a produção visando a garantir a durabilidade; a escolha dos livros pelos professores e a reutilização dos livros pelos alunos. As obras passaram a ser avaliadas com o objetivo de garantir aos alunos da rede pública de ensino o acesso a livros didáticos de qualidade. Nesse sentido, já houve muitos avanços na consolidação de programas para o provimento de materiais didáticos ao público escolar. No PNLD 2004, por exemplo, houve a separação dos livros de História dos de Geografia destinados aos primeiros anos do ensino fundamental, não sendo possível mais a inscrição de obras de Estudos Sociais (BRASIL, 2012, p.10).

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), através do guia dos Livros Didáticos vem servir como bússola com recomendações para o manuseio e relação entre os requisitos prioritários para uma boa escolha do material pedagógico. Na história do Programa do Livro Didático, desde a década de 1930, julgam-se as obras, concede autonomia as escolas e, conseqüentemente, aos professores tornando inviável a presença de professores nas comissões de escolha de livros didáticos, como cita Oliveira:

Deve-se levar em conta a complexidade desse objeto, porque o livro didático não é “apenas” um livro, tampouco o é no sentido mais usual do termo, para ser lido, da primeira a última página. O livro didático precisa ser entendido como parte da história cultural da nossa civilização e como objeto que deve ser usado numa

situação de ensino e aprendizagem e, nessa relação, há vários sujeitos: o(s) autor (es), editor, trabalhadores, e, sobretudo, professores e alunos (OLIVEIRA, 2006, p.40).

Tal importância atribuída ao Livro Didático nos remete ao processo de ensino e aprendizagem e conseqüentemente, aos sujeitos que fazem parte do conhecimento e reconhecimento da cultura dentro da instituição escolar e na comunidade. É preciso pensar no processo educacional mais amplo e entender o papel deste na formação de um povo.

A educação constitui-se um dos principais ativos e mecanismos de transformação de um povo e é papel da escola, de forma democrática e comprometida com a promoção do ser humano na sua integralidade, estimular a formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças e as características próprias de grupos e minorias. Assim, a educação é essencial no processo de formação de qualquer sociedade e abre caminhos para a ampliação da cidadania de um povo (BRASIL, 2004, p.7).

Essa educação voltada para as diferenças era a luta do movimento negro ao longo dos anos. É necessário romper o silêncio a que foram relegados negros, índios na historiografia brasileira, para que possam construir uma imagem positiva de si mesmos (SANTOS 2001). A instituição escolar é um importante meio em que o/a estudante pode se encontrar como sujeito construtor do seu próprio tempo histórico e ao mesmo tempo reconhecendo-se a importância dos seus ancestrais dentro da história e possivelmente acontece a partir dos livros didáticos de história.

Quando falamos em reconhecimento imposto pela lei 10.639/2003 e dinâmica de compreensão de conteúdos percebe-se que estamos ligados à magnitude do que vem por trás da palavra reconhecer, segundo o dicionário Aurélio: “Reconhecer: Considerar ou admitir que (alguém ou algo) possua legítima ou verdadeiramente certa qualidade ou condição” (FERREIRA, 2001, p.587).

Ao citarmos o significado que não se configura como um simples objetivo pedagógico e sim, político-pedagógico amplo de uma história negada. Esse reconhecer demonstra a legítima condição de construtores da história brasileira, para declarar todos os fatos antes citados nos livros didáticos com indagações e imagens negativas a respeito da presença do negro no país. A lei 10.639/2003 estabelece que toda classe de profissionais da Educação, busque uma reflexão e mudança da sua práxis e estudo para o reconhecimento da prática, visto que, percebemos que os professores são formadores de opiniões, indivíduos críticos, sujeitos da história e futuros cidadãos em diversos âmbitos da sociedade. Como cita as Diretrizes.

(...) aos estabelecimentos de ensino está sendo atribuída responsabilidade de acabar com o modo falso e reduzido de tratar a contribuição dos africanos escravizados e de seus descendentes para a construção da nação brasileira; de fiscalizar para que, no seu interior, os alunos negros deixem de sofrer os primeiros e continuados atos de racismo de que as vítimas. Sem dúvida, assumir estas responsabilidades implica compromisso com o entorno sócio-cultural da escola, da comunidade onde esta se encontra e a que serve, compromisso com a formação de cidadãos atuantes e democráticos (BRASIL, 2004,p.18).

Os estabelecimentos de ensino superior de formação de professores são essenciais para inicialização da temática bem como a oferta formação continuada para dar subsídios ao profissional para escolhas mais adequadas na sua prática de ensino. Devendo verificar a abordagem dos conteúdos para o ensino de cultura e história e ter em mente como devem trabalhar de maneira que toda a criança respeite sua cultura, como destaca Oliveira citando as DCN (2004).

O ensino de cultura Afrobrasileira destacará o jeito próprio de ser, viver e pensar manifestado tanto no dia a dia, quanto em celebrações como congadas, moçambiques, ensaios, maracatus, rodas de samba, entre outras. Iniciativas e organizações negras, incluindo a história dos quilombos, a comemorar pelo de Palmares, e remanescentes de quilombos, que têm contribuído para o desenvolvimento de comunidades, bairros, localidades, municípios, regiões (exemplos: associações negras recreativas, culturais, educativas, artísticas, de assistência, de pesquisa, irmandades religiosas, grupos do movimento negro). Será dado destaque a acontecimentos e realizações próprias de cada região e localidade (OLIVEIRA. 2010 p. 142).

A cultura e história africana afrobrasileira perpassa os livros didáticos, os muros da escola, elas estão no cotidiano das pessoas, na vida de cada um. Deve-se ser vivido no livro didático e no cotidiano escolar com clareza e dinamismo.

2. ENVEREDANDO NOS CAMINHOS DA PESQUISA SOBRE O LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA DO 4º ANO

Outro marco, com forte impacto na área de História, foi a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), modificada pela Lei nº 10.639 de 2003 e Lei nº 11.645 de 2008, sobre a obrigatoriedade da História e da Cultura Afro-Brasileiras e Indígenas como conteúdo escolar, bem como as decisões legais contra a discriminação e preconceito. Tal perspectiva procura reforçar a imagem positiva de povos afrodescendentes e indígenas, tanto para que as práticas

racistas sejam evitadas quanto para que esses grupos se reconheçam positivamente na História Nacional (BRASIL, 2010, p.11).

As veredas trilhadas a partir dos livros didáticos de história do 4º ano do Ensino Fundamental assumem papel relevante para a propagação da história e cultura africana e afrobrasileira. Esses livros se tornam documentos a partir do momento em que são analisados e estudados por uma equipe de profissionais da área do PNLD que julgam de acordo com a legislação curricular atual. O mesmo apresenta-se como guia para o trabalho didático pedagógico das instituições escolares.

A metodologia adotada neste trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental com caráter exploratório, descritivo e de natureza qualitativa. Buscamos averiguar e analisar qual a visão da história do povo negro presente nos livros didáticos de história do 4º ano do Ensino Fundamental utilizados nas escolas da rede Municipal de Campina Grande. Os objetivos específicos são: verificar quais os conteúdos referentes à temática afrobrasileira presentes nos livros didáticos de história do 4º ano do Ensino Fundamental utilizados nas escolas da rede municipal de Campina Grande. Identificar como estes conteúdos são apresentados nos livros didáticos; Avaliar como a imagem do negro e da negra é representada nos livros didáticos.

O universo da pesquisa se refere aos livros didáticos de história dos anos iniciais do Ensino Fundamental utilizados por escolas da rede pública da cidade de Campina Grande. A amostra seria uma escola por núcleo, visto que a zona urbana da cidade é organizada em núcleos que congregam de quatro a cinco escolas, no entanto, em algumas fomos recebidos com atenção e conseguimos recolher exemplares em outras não puderam nos receber com alegações de organização de culminância de projeto, mesmo voltando na mesma duas vezes.

Assim, visitamos 10 escolas da rede pública da cidade de Campina Grande para recolher livros de história do 4º ano, do Ensino Fundamental, utilizados para o trabalho didático-pedagógico. Foram recolhidos sete (07) livros durante as visitas, pois em três delas o livro adotado coincidia com da outra escola. Em seguida, iniciou-se a análise dos conteúdos presentes nos livros didáticos de história referente à cultura e história afrobrasileira e africana apresentada nos livros em questão.

A utilização da pesquisa documental para norteamo do estudo teve um papel preponderante neste trabalho, aqui tomamos os sete livros didáticos como documentos, visto a importância que eles assumem no cotidiano escolar, muitas vezes é o único

instrumento didático utilizado na sala de aula. Outros documentos estudados foram: os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Africana e Afrobrasileira a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação (LDB), A lei 10.639/2003.

Na pesquisa bibliográfica buscamos suporte para compreensão da problemática e entre os vários autores que abordam a temática estudada, nos quais destacamos: Silva (2011), Pinsky (2009) e Chiavenato (1999).

Na análise de conteúdos buscamos comparar as semelhanças e as diferenças entre os vários livros didáticos e categorizamos. Partindo dos documentos oficiais e dos autores que tratam sobre a questão do negro dialogamos com os autores dos livros didáticos e percebemos avanços e lacunas. Como defende Bardin citado por Oliveira (2008) que a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos objetivos e sistemáticos de descrição de conteúdos das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/ recepção dessas mensagens (BARDIN apud OLIVEIRA, 2008, p. 579).

No qual buscamos comparar e relacionar as mensagens apresentadas sobre a representação do negro nos livros analisados durante os períodos históricos do país: Brasil Colônia, Império e República, bem como, na atualidade. Destacamos assim os seguintes pontos: no período do Brasil Colônia apareceu o tráfico de africanos e como foi o trajeto até o Brasil, alguns poucos falaram sobre a vida do povo negro antes do tráfico na África e outra questão explorada era o trabalho escravo. No Império continua a temática do trabalho escravo e as leis abolicionistas. Poucos abordam sobre a luta e resistência negra. No período republicano pouco se fala da pós-abolição e como o negro sobreviveu na sociedade “livre”, o movimento negro e a sua situação nos dias atuais é outra lacuna percebida nos livros didáticos.

3. CAMINHOS DOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA ANALISADOS

A sala de aula é uma grande teia de interações sociais. E para que essa rede funcione com instrumento de aprendizagem, é muito relevante que haja uma comunicação entre o professor e o aluno. Na relação entre professor e o aluno, deve ser construído um canal de interações, onde cada um, a sua maneira, possa

dar sua contribuição, recebendo apoio e ajuda para que haja desenvolvimento e aprendizagem (SANTOS, 2009, p.176).

Os caminhos percorridos em consonância ao Livro didático começaram desde 1929, quando iniciou políticas públicas para o Livro Didático. E, em 1985, o programa Nacional do Livro Didático, que atualmente conhecemos foi criado com várias diretrizes implantadas para uma melhor execução do programa, na qual destacamos: a escolha dos livros pelos os professores e a reutilização dos livros pelos alunos. Como também, as obras passaram a ser avaliadas com objetivo que os alunos tivessem livros de qualidade, em 2004 os livros de geografia e história, que antes eram estudados juntos tiveram sua separação, não existindo mais a nomenclatura de Estudos Sociais.

O PNLD do triênio 2010-2013 trás nas discussões sobre os exemplares do livro didático de história enfatizando nas observações e organizações dos conteúdos respondendo a pergunta: “qual é o elemento central ou fio condutor que organiza a obra?” (PNLD 2010, p. 18), e a partir da pergunta originou-se uma divisão de categorias: temporal, espacial, temática e especial. Destacando a especialidade de cada categoria a temporal destaca-se a ordenação em ordem cronológica em capítulos; a espacial são os exemplares nos quais os conteúdos destacam a partir dos espaços sociais e pessoas, por exemplo: criança/ família. Os livros que pertencem à categoria temática são onde os conteúdos são escolhidos a partindo de temas ou eixos temáticos e por fim a especial trata-se que os autores misturam a história ficcional e história real para introduzir os conteúdos.

Já no PNLD do triênio de 2013- 2015 apresentam os exemplares não se dividem em categorias e fortalece em destaques pontos relevantes em cada livro analisado. Trazendo discussões da importância da tecnologia, princípios e critérios essenciais para avaliação do Livro didático. Onde destacamos que sua coerência com os princípios da legislação imposta, as obras não devem conter anacronismo e voluntarismo como destaca o PNLD:

O anacronismo consiste em atribuir razões ou sentimentos gerados no presente aos agentes históricos do passado, interpretando-se, assim, a História em função de critérios inadequados, como se os atuais fossem válidos para todas as épocas. Trata-se, com efeito, de distorção grave, que compromete totalmente a compreensão do processo histórico. O voluntarismo, por sua vez, consiste em aplicar a documentos e textos uma teoria a priori, em função do que se quer demonstrar. Dessa forma, a escrita da História é utilizada apenas para confirmar as explicações já existentes na mente da autoria, que parte de convicções estabelecidas por motivos ideológicos, religiosos ou pseudocientíficos. Pode, ainda, originar-se da tentativa da aplicação de teorias explicativas, tomadas acriticamente (BRASIL, 2013, p.13).

Tanto o PNLD do triênio de 2010-2012 e o 2013-2015 organizam como são tratados os conteúdos dos livros didáticos de história e sua forma de apresentação. Chamando atenção ao cuidado de análise de conteúdo, com conclusões subjetivas no estudo das temáticas mostradas pelo o livro independentemente de qual categoria seja relacionada.

Essas explicações serviram como base para o percurso dos Caminhos da história e cultura africana e afrobrasileira analisados nos sete livros didáticos em questão. Três exemplares do triênio de 2010-2012 editados no ano de 2008 e quatro do triênio 2013-2015 editados em 2011.

O livro **De Olho no Futuro** das autoras: **Liz Andréia Giaretta**(mestre em geografia e especialista em Ensino de Geografia), e **Thatiane Pinela**(graduada em Letras), edição de 2008. Apresenta um caráter considerado de organização textual espacial trazendo discussões partindo eixos ligando o ser social com o espaço em que vive: campo ou cidade separa assuntos referentes aos temas de estudo. Trabalham de forma isolada e superficial a temática afrobrasileira não enfatizam a importância representativa do negro na sociedade de cada época. Esse exemplar manifesta lacunas nas temáticas trabalhadas manifestando apenas de forma resumida os conteúdos sem adentrar nas discussões. Percebemos que a formação acadêmica das autoras é de áreas distintas do estudo em questão, dificultando maior precisão nos trabalhos com o exemplar.

O livro **Porta Aberta: história 4º ano** de **Mirna Lima** (formada em História e Mestre em História Social, professora do Ensino Fundamental nas redes pública e privada de São Paulo, professora de Teoria e Prática de Ensino de História e Geografia de Universidades privadas de São Paulo). A edição de 2011, trás uma abordagem cronológica e especial, uma cronologia que não se adota um tempo linear e sim dinâmico, pois mostra diferentes histórias que acontecem no mesmo tempo cronológico.

Especial, pois é recheado de narrativas explicativo-questionadoras, narrativas históricas e ficcionais, privilegiando a diversidade e diferenças. E ao mesmo tempo trabalha na perspectiva espacial com separação do campo e cidade bem como as atividades desempenhadas. A autora por ter formação e experiência na área estudada trabalha de forma dinâmica com várias categorias ao mesmo tempo, levando ao o/a estudante não sentir incômodo com os estudos e sim adentrar cada vez mais com as estórias fictícias.

O livro **Projeto Mundo para Todos** da autora **Katya Zuquim Braghini** (Bacharel e licenciada em História e Mestre em História de Educação), edição 2008, trabalha com

espacialidade dos conteúdos, conceitos de tempo histórico paralelamente trás a questão do espaço para as discussões. Assim, os diversos tempos históricos e pessoas envolvidas são estudados com leveza e clareza nos diálogos para a construção do desenvolvimento e respeito do multiculturalismo e valorização da diversidade encontrada no país. A autora apresenta o estudo em todo exemplar de forma precisa e dinâmica com respeito aos povos construtores da História do país, com textos reflexivos com uma dialética crítica nos diferentes tempos históricos, fazendo com o/a estudante perceba a dinâmica do tempo cronológico dentro da História.

Os livros das duas edições do **Projeto Prosa** 2008 e 2011, dos autores: **Alexandre Alves** (Doutor em História pela Universidade de São Paulo); **Regina Nogueira Borella** (formada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Coordenadora educacional e pedagógica de Educação Infantil e Ensino Fundamental) e **Letícia Fagundes de Oliveira** (Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo, autora-colaboradora de coleções didáticas do Ensino Fundamental I e II e do Ensino Médio, coordenadora de projetos da Fundação Arquivo e Memória de Santos).

Os autores enfatizam a discussão com relação à História e a sociedade do conhecimento, com caráter temporal, favorece a interpretação e análise histórica investigativa do entorno social do/a estudante com narrativas e imagens que entrelaçam a formação histórica cultural do país. Existe uma sincronia que perpassa as duas análises em questão, em que ocorre o reconhecimento e respeito na participação dos diferentes povos responsáveis pela a formação do Brasil. Coincide com a resenha do PNL D de 2013 ao falar na integração, construção e compreensão de narrativas e promoção de inserção social dos estudantes na ação dos sujeitos sociais por meio de textos e imagens. Na cronologia reflete a história desde a vida e cultura do continente africano, de como foram trazidos até a contemporaneidade no Brasil.

O livro didático de História **Aventura do Saber** do 4º ano de **Francisco M. P. Teixeira** (Licenciado em Filosofia pela Universidade de Mogi das Cruzes, professor de História na rede particular de Ensino Médio, autor de obras didáticas e paradidáticas). E de **Rosaly Braga Chianca** (Bacharel e licenciada em Geografia pela FFLCH-USP, Professora de História e Geografia na rede particular de Ensino Fundamental I, Professora de Geografia e Atualidades na rede particular de Ensino Fundamental II, Autora de obras didáticas e paradidáticas). Na edição de 2011, os autores apresentam um caráter cronológico espacial com discussões que são marcadas pela questão cronológica de tempo histórico remetendo todo momento ao passado com comparações com o presente e a

dinamicidade dos fatos e momentos históricos. Mostrando o ponto essencial do processo de estudo, o diálogo dos autores com o leitor/estudante para a construção do conhecimento com a triangulação professor-livro didático- estudante na caminhada do conhecimento.

O livro do **Projeto Buriti** do 4º ano tem como autora **Rosane Cristina Thahira**, (Bacharel e licenciada em História pela Universidade de São Paulo), edição 2011, tem uma abordagem temporal, valoriza o tempo histórico e a pluralidade cultural. Foi percebido que em alguns momentos não ocorre exploração das citações, dos acontecimentos e imagens trazendo algumas vezes de forma pragmática com perguntas e respostas. Apesar de a autora ter formação acadêmica na área relacionada, percebemos que durante a caminhada de estudo do livro didático em questão não ocorreu uma maior exploração das temáticas mesmo apresentando conteúdo para uma reflexão crítica para o processo de ensino aprendizagem.

3.1 A ÁFRICA E O TRÁFICO DE ESCRAVOS

Ao iniciar com a temática afrobrasileira mostra a vida do continente africano, os modos de vida, as diferentes línguas e as tribos. Seis dos sete exemplares contemplam essa discussão sobre a África, apenas o livro **De Olho no Futuro** não apresenta nenhuma fala sobre o continente africano. Os livros iniciam apresentando o questionamento que o negro foi trazido do continente africano.

Os africanos, por sua vez, não estavam aqui no início da colonização. Mas em pouco tempo começaram a ser trazidos da África e escravizados pelos portugueses, em número cada vez maior. Esses africanos não tinham a mesma origem, não pertenciam à mesma cultura e não falavam a mesma língua. No início, a maioria dos africanos escravizados pertencia à cultura **Iorubá** e **nagô** e vinha de regiões centrais da África, hoje pertencentes a países como Nigéria, Gana e Guiné. O trabalho dessas pessoas foi utilizado principalmente na agricultura canavieira da Bahia e de Pernambuco (CHIANCA; TEIXEIRA, 2011, p. 53).

Na medida que os exemplares apresentam a escrita demonstram com uma imagem para reafirmação do seu texto, interagindo com maneira positiva com o/a estudante para uma compreensão do conteúdo.



(ALVES; BORELLA; OLIVEIRA, 2011, p.71)

Quando os autores mencionam: “a cultura ioruba e nagô”, provocam reflexão sobre a África, os reinos e de como era a vida deles na África, que foram trazidos para o Brasil na condição de escravizados e viveram em condições desumanas e precárias. De acordo com estudos feitos da quantidade de africanos que foram trazidos para o Brasil, Conrad (1985) afirma:

O número exato de escravos introduzidos no Brasil durante um período de mais três séculos jamais será conhecido, mas certamente o tráfico foi grande e constante durante todo esse tempo. (...) a cifra de 3.646.800 foi aceita “principalmente porque é a soma das estimativas por período de tempo de (Frédéric) Mauro e Goulart”. A cifra exata, lhe admitiu, pode ser mais elevada (CONRAD, 1985, p.34-43).

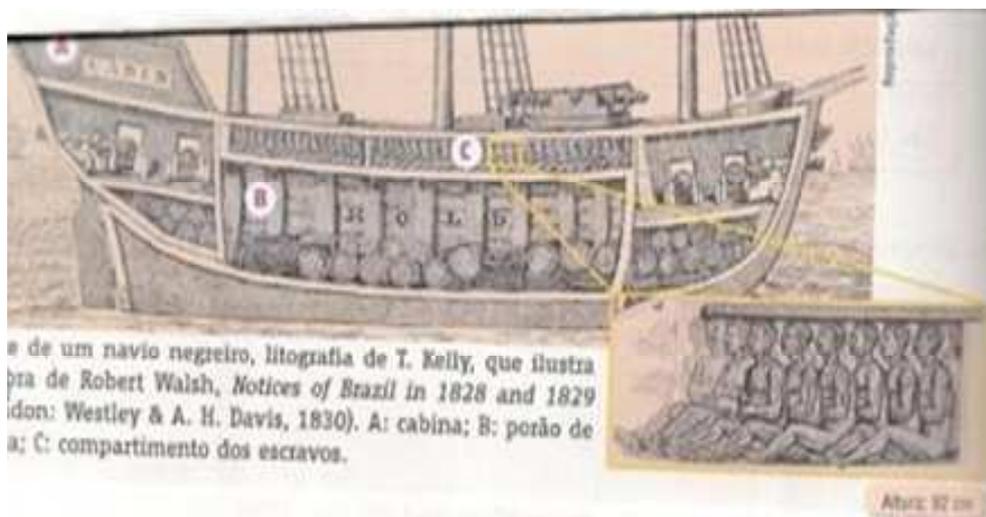
Ainda sobre a travessia do oceano Atlântico Pinsky relata:

Quantos negros morreram na travessia do Atlântico em direção ao Brasil? É comum afirmar-se que quatrocentos mil saíram da África e nunca chegaram ao Brasil. Porém esse número, por mais substancial que seja, é apenas a ponta do iceberg da mortandade que consiste na transformação do negro como

mercadoria. O historiador Luiz Felipe de Alencastro desvenda cruamente a dimensão trágica da tragédia. Segundo ele, 40% dos negros morriam nos primeiros seis meses subsequentes ao seu apresamento, no interior da África, a caminho do litoral. Doze por cento dos sobreviventes morriam durante o mês em que ficavam nos portos, aguardando transporte. Durante a travessia, morriam 9% dos que embarcavam, e metade dos que chegavam morriam durante os quatro primeiros anos no Brasil! (PINSKY, 2009, pp.37-38).

Essas estimativas citadas por autores demonstram a monstruosidade do que ocorria com os africanos, a começar pela captura, travessia e chegada ao Brasil. Tratados como animais e ao mesmo tempo como mercadoria, colocados currais ainda no continente africano, nos navios morriam muitas vezes a metade do que era embarcado e ao chegar ao Brasil esperavam no porto horas de dentro da água, esperando ser comprado.

Ao falar do transporte e tráfico dos africanos seis dos sete exemplares apresentam alguma discussão, apenas o exemplar **De Olho no Futuro** não contempla em seu texto. Dois dos seis exemplares (Mundo para Todos e Projeto Buriti) apresentam algumas imagens ao relatar a viagem e a forma como eram transportados. O Mundo Para Todos com categoria de estudo de espacialidade nas discussões das temáticas relacionado com o tempo histórico reportando o/a estudante com um diálogo envolvente. E o projeto Buriti mostra em seus textos e imagens com valorização do tempo histórico. Ambos relatam as condições de transporte, mostram a imagem de Rugendas, na qual veremos a seguir.



(ALVES; BORELLA; OLIVEIRA, 2011, p.74).

Os dois exemplares mostram através de imagem e texto a forma de como eram transportados. Onde se pode ser problematizada junto ao grupo de estudantes para que se pense sobre as condições dos tumbeiros, a forma como o povo negro foi tratado e se reflita

sobre as formas de resistência que já iniciavam na captura continente africano e ao longo de todo período escravista, em nenhum momento o negro aceitou ser escravizado. Por que será que alguns livros nem tratam dessa questão?

De acordo com Pinsky (2009):

Tudo começava ainda em terra. Para fazer com que o navio negreiro não perdesse demasiado tempo tocando de porto em porto até completar sua carga humana, construíram feitorias junto aos ancoradouros. Sua função era reunir um grupo de cativos que ficavam aguardando o navio e não o contrário. Os negros eram aglomerados num depósito, constituído de barracos de madeira ou de pedra. Eram relativamente bem tratados, mesmo quando tinham que trabalhar para sua alimentação nas ocasiões que os navios demoravam. Suas habitações nada tinham a ver como os *currais* provisórios, cercados de paliçadas, onde ficavam durante longas caminhadas desde seus locais de origem (PINSKY, 2009, p. 34).



(THAHIRA, 2011, p.46)

Podemos comparar as duas imagens de transporte dos negros onde a primeira representa na página (34), retrata a maneira que os negros eram trazidos e a segunda também. Aparecendo na nossa mente questionamentos como: qual está mais correta? Porque ainda os autores dos livros didáticos em questão apresentam imagens que pode fazer uma confusão de idéias na mentalidade do/a estudante? Qual a maneira mais correta que os negros eram trazidos da África para o Brasil? Por isso é importante que seja discutido nos cursos de formação docente, seja inicial ou continuada sobre as a temática para que no seu cotidiano o profissional tenha subsídios para desmistificar idéias que possam surgir ou entendidas de maneira errônea.

3.2 O TRABALHO ESCRAVO

Quando chegavam ao Brasil os que sobreviveram eram distribuídos para escravo da fazenda para trabalhar nas lavouras e escravo de ganho na cidade, que aos poucos foi se constituindo no país de mais escravizados do que senhores. A escravização do negro em nosso país permaneceu por muito tempo, historicamente no Brasil colônia e império buscavam-se ter lucro com a exploração do negro seja em trabalhos artesanais, domésticos, lavoura, mineração e até prostituição.

Todos os autores dos livros analisados contemplam nas discussões sobre a questão dos tipos de trabalho que os africanos escravizados desempenhavam, alguns apresentam com mais relevância nas fazendas e engenhos, nas minas, no café e nas cidades.

Por volta de 1550 teve início o tráfico de escravos da África para o continente americano. Africanos de lugares que atualmente correspondem ao Congo, Angola, Moçambique e outras regiões atravessaram o oceano atlântico e **chegaram ao Brasil não por vontade própria, mas na condição de escravos. Durante pouco mais de três séculos, os escravos trabalhavam nos engenhos, nas minas, nas fazendas de café e nas cidades, dentro e fora das moradias** (ALVES; BORELLA; OLIVEIRA, 2011, p.71). (grifo meu).

É importante destacar que os africanos não aceitavam a condição de escravo, para tanto, uma sugestão seria trabalhar o conceito de escravo e falar de outras experiências de escravização em outras épocas e povos, para não condicionar que só os negros africanos poderiam ser escravizados. Outro aspecto que pode ser tratado é a escravidão nos tempos atuais, de forma que se compreenda a crueldade que essa situação significou e significa até hoje e não se naturalize como tendo sido necessária. Para Pinsky (2009) a definição de escravidão se caracteriza por sujeitar um homem ao outro de forma completa sem vontades e necessidades, o escravo não é apenas propriedade do senhor, mas também sua vontade está sujeita à autoridade do dono e seu trabalho pode ser obtido até pela força (PINSKY, 2009). Interessante que os autores, já no início da discussão sobre o povo africano, mostrem de onde foram trazidos, para que se entenda que são várias etnias diferentes, a África é um continente com grande diversidade.

Quando se reflete sobre a vida do escravizado nas fazendas é preciso problematizar, veja como Lima apresenta:

Nos engenhos havia construções para a moradia das pessoas que lá viviam e trabalhavam e também a capela, representando a presença da igreja no lugar. A casa-grande era a moradia do dono dos escravos que decidia tudo: comprava

escravos e contratava pessoas livres para ajudá-lo, controlava a quantidade de açúcar produzida. As senzalas são lugares onde ficavam os escravos. Eram construções sem janelas, construídas de chão de terra batida, coberta de sapé, com paredes de pau a pique (LIMA, 2011, p.140).

Se o professor não reflete com a turma, não questiona a situação pode parecer natural essa forma de vida, é preciso estar atento. Por isso é importante que as imagens e pinturas que aparecem nos livros didáticos sobre este período histórico sejam questionadas e trabalhadas com os alunos. Pois elas não representam com veracidade os fatos históricos, elas são o olhar de um sujeito, a partir de uma classe social, nelas o povo negro está caricaturado, passivo, parecendo aceitar sua condição de escravo, se essa reflexão não é feita pode se gerar discriminação ou preconceito. Como fala Silva:

Quando o negro é representado à consciência de um indivíduo, os objetos que estão na sua consciência, tais como os estereótipos e preconceitos, podem modelá-lo de tal forma, que, mesmo na sua ausência, o conceito o coloca estigmatizado em papéis e funções, estereotipado negativamente e subordinado, e a sua visão concreta esse conceito é ativado, provocando a discriminação e a exclusão. Dessa forma, a representação de algo pode não ser do objeto inicialmente percebido, mas do objeto construído a partir dos elementos que a ele acrescentamos, no processo de modelagem e reconstrução (SILVA, 2011, p.30).

Todos os autores apresentam questionamentos sobre os tipos e lugares dos trabalhos dos negros escravizados na plantação de cana- de- açúcar e com a plantação do café no século XIX, nas minas e nas cidades como escravo de ganho. Estes eram tratados como mercadorias recebiam maus tratos do aprisionamento desde a África até chegar ao Brasil e isso se sobrevivesse à viagem nos porões dos navios negreiros. Os negros eram utilizados para o trabalho pesado nas lavouras de cana, de café e garimpagem das minas de ouro. De acordo com Braghini do livro Mundo para Todos, escravo é:

Ser escravo significa ser propriedade de alguém. O dono do escravo tinha todos os direitos sobre ele, direito de vida e morte. Com base em algumas fontes históricas, estima-se que cerca de quatro milhões de africanos foram escravizados durante trezentos anos de comércio de escravos para o Brasil. (BRAGHINI, 2008, p. 70).

O negro no decorrer da nossa história sofreu discriminação, foi tratado como bicho sem direito de escolha de nada, apesar disso, ele aumentava em número e se fortalecia como povo. Nos livros a cultura da sociedade africana é apresentada com muito valor, entre os costumes, um exemplo, é o grande respeito pelos os mais velhos que por relatarem histórias eram chamados de griôs. E apesar do sofrimento da vida eles se reuniam para através da dança, da música, da alimentação e da religião cultuar seus deuses que eram

escondidos por imagens de santos católicos. A seguir a presença do negro é retratada na sua vivência no campo e na cidade. As imagens documentam a história da vida dos negros no Brasil: vendedores, festa de Nossa do Senhora do Rosário, castigos público e negros escravizados nas plantações de café.



(ALVES; BORELLA; OLIVEIRA, 2008, p.78)

Os autores destacam a presença do negro em diferentes tipos de trabalho escravo, vejamos o livro de Olho para o Futuro:

(...) Além dos escravos que trabalhavam nas minas, havia outros que exerciam atividades de artesãos e de vendedores ambulantes. Havia também escravos que realizavam serviços domésticos. Outra atividade comum em que se utilizava a mão de obra escrava era o transporte de pessoas em uma espécie de cadeirinha coberta, que se chamava liteira (GIARETTA; PINELA, 2008, p.71).

Os livros didáticos de história analisados enveredou nos tipos de trabalhos desempenhados pelos os negros, na vida cotidiana dos negros nos diferentes momentos históricos. Mas, percebemos que necessitam adentrar mais no caminho no que diz respeito e questionamentos. Que condições eram impostas aos negros nestes trabalhos? Quantas horas trabalhavam? Como era sua alimentação? Havia descanso ou só trabalhavam?

Naquela época, cerca de metade da população do Rio de Janeiro era composta de escravos. Além de executarem tarefas domésticas nas casas dos seus senhores, eles realizavam os mais diversos tipos de trabalho pelas ruas da cidade, como carregar mercadorias e pessoas, buscar água nos chafarizes e trabalhar como vendedores ambulantes (GIARETTA; PINELA, 2008, p.92).

Neste sentido, percebemos que a abordagem sobre o trabalho escravo foi ampliada permitindo compreender um pouco melhor a vida cotidiana desta população. Será que as professoras estudaram sobre a cultura e a vida cotidiana do africano escravizado?

3.3 RESISTÊNCIA NEGRA

Ao discutirem sobre a resistência do povo negro todos os livros didáticos analisados apresentam alguma forma de resistência tendo como referência maior os quilombos e Zumbi dos Palmares. São também apresentadas outras formas de luta e resistência aos castigos e trabalho escravo como: o “boicote ao trabalho, a fuga e o suicídio. Outra importante forma de resistência eram os quilombos” (ALVES; BORELLA; OLIVEIRA, 2008). As condições de vida na senzala e no trabalho eram degradantes e se houvesse alguma desobediência eram castigados em praça pública para que ninguém se atrevesse a resistir. Os castigos eram tamanhos que:

Era comum os escravos criarem o hábito de comer terra, motivados pela deficiência alimentar ou buscando uma forma de suicídio. A punição para esses casos consistia no uso das máscaras, que também os impediam de comer doces e de beber o vinho dos senhores. Para inibir as fugas, costumava-se acorrentar os negros pelos os pés. A descrição dos escravos nos anúncios de jornal indica as deformações que sofriam. Muitos ficavam com as pernas arqueadas por ter carregado peso excessivo desde a infância. Outros, inclusive crianças de 12 anos não tinham cabelo no alto da cabeça, pois transportavam pesadas cargas equilibradas no crânio. Numerosos anúncios fazem menção a negros com os membros comidos pela a cal, e procuravam-se fugitivos dos engenhos sem braços ou mão, perdidos nas moendas (CHIAVENATO, 1999, p. 57).

A perseguição e o trabalho da criança, mulher ou homem negros eram tão grande que eram colocados em anúncio. Tal como o exemplo a seguir, anúncio publicado no Rio de Janeiro, em 1854. Os autores do Projeto Prosa citam:

Fugiu no dia 4 de outubro de 1857, da chácara n.5 da rua do Marahy, em S. Christovão no Rio de Janeiro um escravo senador Alencar, de nome Luiz Telles, pardo escuro; tem 40 annos pra cima mal encarado e falta de dentes na frente, tem uma enruga na testa, andar apressado e passadas curtas, finge-se ás vezes doido, tem falla tremula. Com vizos de estuporado; é muito ladino e astucioso, anda com cartas dizendo que vai com ellas apadrinhado apresentar-se a seu Sr; inculca-se pedestre algumas vezes. Quem o apprehender, e fizer delle entrega aonde possa ser recolhido a cadeia para ser entregue a seu Sr. Recebera 40\$ RS. De gratificação, além das despesas; cera tudo paga quem nesta tipographia o apresentar com o competente documento (ALVES; BORELLA; OLIVEIRA, 2008, p.77).

Este anúncio retrata como os negros eram perseguidos e tratados como criminosos. Os castigos eram muito comuns e tinham o respaldo legal, vejamos:

Pois os castigos eram autorizados pelas ordenações e leis do Reino de Portugal, em 1663 instruíram o senhor como tratar o negro merecedor de punição: [...] depois de bem açoitado, o mandará picar de navalha ou faca que corte bem, e dar-lhe-á com sal, sumo de limão e urina e o meterá alguns dias na corrente. [...] Os castigos e a vida de escravo, a forma de maior resistência do negro foram os quilombos, no qual se destacou o maior quilombo, o dos Palmares: o quilombo dos Palmares, o maior e mais famoso, resistiu 67 anos até ser vencido. Durante esse período causou sérios prejuízos aos senhores de escravos, tanto no pagamento dos mercenários em derrotar os quilombolas quanto na decadência das lavouras paralisadas pela falta de mão- de - obra (CHIAVENATO, 1999, p. 57; 65).

É importante que o docente conheça melhor sobre essa situação do povo negro, pois a resistência deve ser apresentada como algo valorativo, deve gerar indignação diante do sofrimento vivido, mas o negro não se abateu diante do castigo. Ele lutou e, gradativamente, foi conquistando seu lugar na sociedade, foram muitas as revoltas, as fugas, as lutas e tudo isso é motivo de orgulho, apesar das muitas injustiças presentes ainda hoje. A organização dos negros como movimento popular foi uma ameaça ao governo brasileiro, o Quilombo dos Palmares era um novo modelo de Estado, essa questão colaborou para fortalecer o movimento abolicionista que também era feito por negros.

Lima discute que alguns dos negros criaram comunidades quilombolas nas quais vivem até hoje. Será que essas comunidades vivem bem? Será que seus direitos como cidadãos são cumpridos? Será que vivem isoladas da sociedade? O Estatuto de Igualdade Racial realmente acontecesse?



(LIMA, 2011, p.153).

3.4 AS LEIS ATÉ A ABOLIÇÃO E A VIDA APÓS O PERÍODO ABOLICIONISTA

Ao mencionar as Leis até a da Abolição da Escravatura, lembramos que apenas um dos sete livros analisados menciona as quatro leis “A Aventura do Saber”, através de uma história fictícia chamada pelo PNL D como especial, intitulada “A história dos Escravos”. O livro Porta Aberta cita três leis, o Projeto Prosa e Mundo para Todos citam apenas a Lei Áurea e o Livro de Olho para o Futuro não faz referência a nenhuma lei, fala da compra de alforria pelos os próprios escravos. É importante destacar que o processo abolicionista teve a participação dos negros na luta por liberdade, cidadania e respeito aos direitos. Eis o texto fictício:

VIAGEM PELA LEITURA

Muito já foi escrito sobre a história da escravidão no Brasil, mas ainda há muito a dizer sobre isso. Leia a seguir um trecho de um livro para crianças que trata do tema, escrito na forma de conversa entre um avô e seu neto por uma historiadora brasileira.

A história dos escravos

— Abolição? Ih, outra palavra nova — falou o Chico.

— A Abolição foi uma lei que aboliu, como a palavra está dizendo, a escravidão no Brasil. Ficou proibido ter escravos. Era no tempo em que o Brasil tinha um imperador, na verdade o nosso segundo imperador. Filho de Pedro I, ele era o Pedro II. Governou o Brasil de 1840 até 1889.

Mas a escravidão não acabou de uma vez não. Foi acabando aos poucos. Primeiro, em 1850, proibiu o tráfico de escravos. Ninguém podia mais ir para a África e voltar com o navio cheio de gente para vender aqui. Depois veio a Lei do Ventre Livre, que garantiu que os filhos dos escravos não seriam mais escravos. Isso foi em 1871. Mais tarde, em 1885, outra lei, chamada Lei dos Sesenários, deu liberdade a todos os escravos com mais de sessenta anos. Finalmente, em 13 de maio de 1888, a rainha Isabel, filha de Dom Pedro II, que estava governando o Brasil porque o pai estava viajando, assinou a Lei Áurea, que acabou a escravidão e deu a liberdade para os escravos.



(CHIANCA; TEIXEIRA, 2011, p.83).

Uma menina de Minas Gerais que viveu nessa época contou num diário que, quando a escravidão foi abolida, os escravos de sua avó comemoraram. A fazenda dela não produzia mais nada e eles já estavam quase sem ter o que fazer. Por isso, quando viu os escravos comemorando, a avó da menina disse que eles podiam ir embora da casa dela quando quisessem. Mas eles pediram para ficar, porque ela não era má pessoa e a vida na fazenda dela até que era boa. Os escravos do meu avô também pediram para ficar. Para você ver como ele era um bom sujeito.



— É, mas também para onde é que eles poderiam ir, se tinham vivido a vida toda lá e não tinham casa, nem terra, nem comida, nem nada? — revidou logo o Chico.

— Está certo, está certo — respondeu o avô, conformado com o argumento do neto.

De fato, os ex-escravos tiveram sérios problemas de adaptação à nova realidade de homens livres. Muitos deles mendigaram pelas estradas ou foram se empregar em outras fazendas, quase nas mesmas condições do tempo em que ainda eram escravos. Não havia empregos suficientes: muitos dos que deixavam as fazendas, acabavam indo viver de biscates nas cidades. Muitos estavam velhos e estropiados.

LEITEIRA, Maria. A história dos escravos. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.



- Depois da abolição muitos ex-escravos não tinham nem trabalho nem para onde ir. Escreva no caderno o que, em sua opinião, o governo imperial deveria ter feito para resolver esse problema. Depois, a professora promoverá um debate a partir da leitura da opinião de cada um.

(CHIANCA; TEIXEIRA, 2011, p.84).

Através dessa história, em caráter especial que é uma contação com fatos fictícios, conta de forma rápida como os abolicionistas foram conseguindo as leis que favoreciam os

negros, infelizmente não se destaca a luta pela libertação, no que se refere à construção de “conquista” de direitos.

Uma discussão que podemos considerar importante é a Guerra do Paraguai e que apenas o livro *Aventura do Saber* faz referência quando cita um ex-escravo que combateu no exército brasileiro, ao voltar da guerra encontra sua mãe sendo açoitada no tronco. Embora servindo ao país, muitos negros foram para o exército em busca da liberdade, muitos morreram no combate, outros quando voltaram não tinham a garantia de liberdade. Para alguns autores o negro participando da guerra ajudava na redução da população negra.



(CHIANCA; TEIXEIRA, 2011, p. 82)

A guerra do Paraguai veio numa espécie de culminância a abolição da escravatura e de aumento de lutas para o respeito racial no país. E que colocá-lo em senzalas e dando algumas chicotadas os negros não iam calar, e sim aumentar suas forças para persistir pelos os direitos humanos. Então a guerra do Paraguai serviu para:

Entre outros fatores, a guerra do Paraguai contribuiu para matar negros. Nesse período processou-se uma brutal “arianização”. Que diminuiu os 31,2% de negros na população do Império em 1850 para 15,2% logo depois do conflito. Enquanto a população branca cresceu 1,7 vez, a negra diminuiu 50%, a contar dos quinze anos próximos à guerra(1860-1875). Foi a primeira vez, na história do Brasil, que o número de negros diminuiu, não apenas em relação à população branca, mas também em números absolutos, comparando-os com os anos anteriores (CHIAVENATO, 1939, p.96).

Ao mesmo tempo que diminuiu a população negra no país os que restaram, buscaram incansavelmente ser um cidadão livre, mas que em seguida teria um descaso, com discriminação e preconceito. Apenas o livro “A Aventura do Saber”, mostra e discute com mais ênfase a vida do negro após a Abolição da Escravatura, o período após abolição o clima de instabilidade aos ex-escravos que viviam nas fazendas ou nas ruas como vendedores ambulantes.



(CHIANCA; TEIXEIRA, 2011, p. 88)

Nos dois casos, a vida era igualmente difícil; os que permaneciam no campo continuavam sendo tratados de maneira muito semelhante ao período da escravidão. Os que tentavam a vida nas cidades, além das condições desiguais na hora de buscar emprego, tinham de conviver com o preconceito por parte de outras pessoas (CHIANCA; TEIXEIRA, 2011, p. 88).

Faltaram políticas para integrar o povo negro na sociedade livre, sem indenização, estudo, moradia, como sobreviver?

O preconceito está enraizado na sociedade, os estereótipos negativos a respeito da presença e imagem do negro no país, se proliferaram. Em paralelo, de forma explícita ou velada o negro foi excluído, vivendo a margem, escondido, no mercado informal ou na criminalidade, a vadiagem e o alcoolismo atingiu a muitos.

Nos livros analisados encontramos algumas lacunas nos conteúdos considerados essenciais para o estudo, são as questões das leis, pois apenas um cita as quatro leis, também trata da vida após a abolição e como os negros livres sobreviveram.

A lei de 1850 acabou o fim do tráfico (Lei Eusébio de Queirós), mas não a escravidão. As leis foram de abolição surgiram no Brasil a partir dos abolicionistas e visavam diminuir os debates que surgiam na época a respeito de lutas contra o escravismo então o governo criou duas leis a do Ventre Livre, em 28 de setembro de 1871 e a Lei do Sexagenário em 28 de setembro de 1885 (CONRAD, 1985).

A lei do Ventre Livre não livrava ninguém, porque a cada dez crianças negras nascidas apenas uma sobrevivia. E a Lei do Sexagenário libertava o escravo que atingisse 60 anos. Era uma raridade o escravo que chegava a essa idade e mesmo assim alguns eram forçados a trabalharem por mais de cinco anos para puderem receber a alforria (CHIAVENATO, 1999).

A lei Áurea assinada em 13 de maio de 1888 veio por motivos de pressão internacional, pois na Inglaterra estava ocorrendo um pensamento liberal de expansão econômica e esse pensamento chegou ao Brasil, a partir da atitude do Exército de não perseguir mais os negros fugidos das fazendas. Então a princesa Isabel foi obrigada assinar a Lei Áurea que apresentava apenas dois artigos: “art. 1º- É declarada extinta a escravidão no Brasil; art.2º - revogam –se as disposições em contrário” (Chiavenato, 1999).

A Lei Áurea libertou cerca de 736 escravos , 5,6% da população . Eles já não eram mais importantes força de trabalho nos principais centros. Por isso, não havia massa escrava lutando pela sua liberdade- o abolicionismo foi um debate político, não uma luta social. Acabaram-se os escravos; restaram os negros. Os escravos assumiram a liberdade sem nenhuma profissionalização. A preferência pelo trabalhador imigrante consolidou o mito de que o negro era bronco e vagabundo. Ele ficou à margem da produção e demorou para surgir um parque industrial que absorvesse o excesso de mão -de - obra. Isso manteve o negro afastado do processo político por um longo tempo. (CHIAVENATO, 1999, p. 117).

Os negros ficaram à margem de tudo e todos, vistos como vagabundos e marginais. Levando à busca de várias fontes de subsistência, onde em sua maioria o trabalho com as quitandas e artesanato para poder sobreviver prevaleceu. Ficando a margem de uma sociedade aparentemente não preconceituosa e respeitadora, durante muitos anos o país parecia querer passar a imagem de uma “democracia racial”. “Esse mito de aceitação do multiculturalismo a possibilidade de ascensão social explicam o racismo com preconceito de cor, desvinculando-o de sua origem de classe, ou seja, na opressão do negro dentro do sistema escravista” (CHIAVENATO, 1999, p.118).

3.5 UM RUMO A SEGUIR

Nesse sentido os profissionais devem adequar-se em seus estudos tendo uma maior detenção de conhecimentos sobre a temática em questão, pois há uma necessidade no trabalho com livros didáticos, vendo que alguns apresentam a temática apenas de forma superficial ou ainda de forma errônea. Os professores mediam as informações essenciais para o trabalho pedagógico. Como cita Caporalini:

(...) o instrumento referencial básico para o trabalho do professor, no processo de transmissão-assimilação do conhecimento, no ensino fundamental, é o livro didático, é preciso ajudá-lo a se posicionar em relação a ele. É preciso prepará-lo, dar-lhe possíveis perspectivas de ação, guiá-lo na transformação de sua prática pedagógica. É necessário que sejam repensados os conhecimentos transmitidos, assim como seu modo de transmissão (CAPORALINI, 2004, p.110).

A responsabilidade do professor é ímpar, pois ele tem nas mãos um grande aparato de fazeres para reconstrução de conhecimentos que foram por muito tempo negado. É na instituição escolar que o/a estudante apreende conhecimento para a transformação da sociedade.

Em um bom livro didático apresentam-se textos, imagens e diálogos entre autor e leitor construindo aprendizagens, ao apresentar uma boa relação entre texto e imagem com uma narração e escrita compreensível. Ao apresentar a história no livro didático o professor norteará todo o estudo mostrando as possibilidades e caminhos diversos de respeito à heterogeneidade da sala de aula.

(...) cabe o professor num grande esforço de capacitar-se eficientemente, a fim de cumprir com competência seu papel técnico-político, ao utilizar o livro didático dentro da sala de aula, não só o direito à palavra como o direito e o dever (é ele quem seleciona, quantifica e pode reelaborar as informações que recolhe) de organizar e executar o trabalho pedagógico na transmissão de conhecimentos, pois, ao dizer algo, ele faz algo e esse algo tem certas conseqüências que remetem à ordem social mais ampla (CAPORALINI, 2004, p.132-133).

O profissional da educação responsável pelo o processo de ensino aprendizagem deve manter atenção nas artimanhas com erros conceituais às vezes apresentadas no livro didático tais como confusão de datas (anacronismo), voluntarismo (a vontade do autor supera a razão dos acontecimentos e (nominalismo) que analisa de maneira errônea as realidades vividas pelos os sujeitos históricos com meras descrições.

(...) o texto didático partidarizado acaba sendo ineficaz para desenvolver uma educação livre de preconceitos, porque contamina a produção do saber com visões pré-definidoras de objetos, abordagens e teorias. É preciso, da parte do

colega professor, muita atenção e discernimento para “escapar dessa armadilha” (BERUTTI, 2009,p.101).

O professor deve oferecer-se como um mediador entre a opinião do autor e a cultura prévia dos alunos. Ele deve organizar de forma sistemática uma avaliação que valoriza a comparação, opiniões e à interação de idéias. Adequar os conceitos que estão claramente identificados no texto didático à cultura correspondente a cada série escolar é uma forma, incorporando vocabulários e estratégias de leitura diversificadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No término desse estudo constatamos que nos livros estudados alguns apenas mostram a imagem de pessoas negras descrevendo superficialmente o que representa, outros mostram o texto deferente da imagem e outros estão dando importância ao negro e mostrando sua participação na história brasileira. No entanto, ainda são superficiais os conteúdos, principalmente, no pós-abolição. Por que não se discute o que aconteceu com o povo negro ao longo do século XX? Para que haja um reconhecimento e respeito pela questão faz-se necessário que os livros representem de maneira verídica o passado da população negra para que os estudantes compreendam o presente e se solidarizem com a luta por direitos e cidadania.

A luta continua, já houve muitas conquistas, tais como a lei 10.639/2003 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para as Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana que vem vencendo diversas barreiras em sua aplicabilidade no cotidiano escolar e nos conteúdos didáticos. Mesmo havendo resistência apresentadas nos livros didáticos, em relação à presença representativa do negro no livro didático de forma que sua história seja relatada a partir do olhar do negro que viveu durante toda a história do nosso país.

Mesmo com a falta de informação profissional sobre a temática a presença da história e cultura africana e Afrobrasileira nos livros didáticos despertarão a curiosidade dos estudantes favorecendo um maior diálogo nas aulas e interesse sobre a temática, sentindo entusiasmo e estímulo nos estudos. Contudo, é dever da instituição escolar adequar-se a prática da lei 10.639/2003 e incluir no currículo e em seus conteúdos dos livros didáticos o ensino da cultura e história afrobrasileira e africana em todas as disciplinas de maneira integrada, desde Educação Básica até Educação Superior.

Concluimos, que apesar da lei 10.639/03 ter completado 10 anos, a temática ainda precisa ser melhor trabalhada nos livros didáticos de história, bem como nos diferentes momentos históricos até a atualidade. Pois, constatamos que a maioria dos livros didáticos analisados trabalhou com a presença do negro no Brasil, desde sua vida na África até após a abolição. Isso é um avanço relevante, mas que ainda falta mostrar as lutas travadas ao longo do século XX e construíram uma agenda de direitos. Equívocos e lacunas merecem ser discutidas com os profissionais da Educação, visando superar os problemas detectados e ampliar a compreensão da importância do povo negro na formação do Brasil.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ALVES, Alexandre; BORELLA, Regina Nogueira; OLIVEIRA, Letícia Fagundes de. **Projeto Prosa: História**. 4º ano/ 1ª edição. São Paulo: Saraiva 2008.
- _____. Alexandre; BORELLA, Regina Nogueira; OLIVEIRA, Letícia Fagundes de. **Projeto Prosa: História**, 4º ano-2. Ed. São Paulo: Saraiva 2011.
- BRAGHINI, Katya Zuquim. **Mundo para Todos, História/ 4º ano**. 1º Ed.- São Paulo: Edições SM, 2008.
- Brasil. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília-DF. Outubro-2004.
- _____. **Gênero e Diversidade na Escola**: formação de professoras/ES em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais. Livro de conteúdo. Versão 2009. - Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.
- _____. **Guia de livros didáticos: PNLD 2010: História**. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2009.
- _____. **Guia de livros didáticos: PNLD 2013: História**. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2012.
- _____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução**. - Brasília: MEC/SEF, 1997 a.
- _____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História e Geografia**. - Brasília: MEC/SEF, 1997b.
- _____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural, Orientação Sexual**.- Brasília: MEC/SEF, 1997c.
- BERUTTI, Flávio. **Ensinar e aprender História**. Belo Horizonte: RHJ, 2009
- CAPORALINI, Maria Bernadete Santa Cecília. Na dinâmica interna da sala de aula: O livro didático. IN: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (coord.). **Repensando a Didática**. -21ª Ed. rev. e atual.- Campinas, SP: Papyrus, 2004. pp. 109-133.
- CHIAVENATO, Júlio José. 1939. **O negro no Brasil; da senzala á abolição**. - São Paulo: Moderna. 1999. -(Coleção polêmica).
- CONRAD, Robert Edgar. **Tumbeiros o tráfico escravista para o Brasil**. Tradução: Elvira Serapicos. Ed brasiliense.1985.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio Século XXI Escolar: o minidicionário da Língua Portuguesa**. 4 ed.rev. ampliada. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FNDE. PNLD: **Histórico Ministério da Educação**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-historico>. Acesso em: 15-01-2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários para a prática pedagógica**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIARETTA, Liz Andréa; PINELA, Thatiane. **De olho no futuro; história, 4º Ano-** São Paulo: Quinteto editorial, 2008.

LIMA, Mirna. **Porta aberta: história 4º ano**. - São Paulo: FTD, 2011.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

NERI, Janete de Fátima Barause. Dissertação de mestrado em Educação: **A seleção de conteúdos de História por professores de ensino médio**. Curitiba, UFRN, 2005.

OLIVEIRA, Denize Cristina de. **Análise de Conteúdo Temático-Categorial: Uma Proposta de Sistematização**. Ver. Enferm. UERJ, Rio de Janeiro, 2008 out/dez; 16(4): 564-76. Disponível em: [WWW.Facenf.uerj.br/v16n4a19pdf](http://www.facenf.uerj.br/v16n4a19pdf).

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. **História: Ensino Fundamental**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. (Coleção Explorando o Ensino; v.21).

_____. Margarida Maria Dias de. **Livros didáticos de história: pesquisa, ensino e novas utilizações deste objeto cultural** In: O livro didático em questão. 2006. p. 38 – 48. Disponível: <http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/161240LivroDidatico.pdf>.

Acesso em: 15-01-2013.

PINSKY, Jaime. 1939- **A escravidão no Brasil**. 20. ed, 2ª reimpressão.-São Paulo: Contexto, 2009.(repensando a História).

SACRISTAN, J. Gimeno. **Educar e Conviver na Cultura Global: As Exigências da Cidadania**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SANTOS, Isabel Aparecida dos Santos. **A responsabilidade da Escola na eliminação do preconceito racial: Alguns Caminhos**. In: Racismo e Anti-racismo na Educação;

Repensando a nossa Escola/Eliane Cavalleiro (organizadora)-São Paulo: Summus, 2001.p 97-112.

SANTOS, Josefina Barbosa de Aguiar dos S. Provocando Esperanças, Coordenando Necessidades. In: **O projeto Político Pedagógico: Uma construção coletiva, uma produção de saberes/** Almira Lins de Medeiros, Vagda Gutemberg Gonçalves Rocha (Organizadoras).- Campina Grande: EDUEPB,2009,p.169-184.

SILVA, Ana Célia da. **A representação do negro no livro didático: o que mudou?**Salvador: EDUFBA, 2011.

TEIXEIRA, Francisco M. P.; CHIANCA, Rosaly Braga. **A aventura do saber: história:** 4º ano. 1. Ed.- São Paulo: Leya, 2011.

THAHIRA, Rosane Cristina. **Projeto Buriti: história/ 4º ano.** 2. ed. São Paulo: Moderna, 2011

